

A reconciliação do mundo e as teologias da libertação

The reconciliation of the world and liberation theologies

Marcelo Barros¹

Resumo

A XI Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas, refletindo sobre o tema *O amor de Cristo conduz o mundo à reconciliação e à unidade*, desafia não apenas suas igrejas-membro, mas a humanidade inteira, com suas culturas e seus credos, a viverem um processo de reconciliação global, entre os povos e desses com toda a criação. Este artigo tem como objetivo mostrar como o tema da reconciliação está presente na reflexão teológica latino-americana. O método utilizado é o da análise qualitativa do processo reconciliador presente nas propostas de teólogos(as) latino-americanos(as), em sintonia com organizações que lutam por justiça reconciliadora em nosso meio, como o Fórum Social Mundial. A conclusão é que a reconciliação é uma necessidade global, e sua realização implica em relações de justiça entre pessoas, povos, culturas e credos.

Palavras-chave

XI Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas. Reconciliação. Teologias latino-americanas. Mundo melhor.

Abstract

The 11th Assembly of the World Council of Churches, reflecting on the theme *Christ's love moves the world to reconciliation and unity*, challenges not only its member churches, but the whole of humanity, with its cultures and creeds, to live a process of global reconciliation, between peoples and between them and all creation. This article aims to show how the theme of reconciliation is present in Latin American theological reflection. The method used is the qualitative analysis of the reconciling process present in the proposals of Latin American theologians, in tune with organizations that fight for reconciling justice in our midst, such as the World Social Forum. The conclusion is that reconciliation is a global need, and its realization implies relations of justice between people, peoples, cultures and creeds.

Keywords

11th Assembly of the World Council of Churches. Reconciliation. Latin American theologies. Better world.

INTRODUÇÃO

Soa como boa notícia para todo o mundo que o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) realizou sua XI assembleia geral, em Karlsruhe, Alemanha, de 31 de agosto a 8 de setembro deste 2022. O próprio fato de que seja possível reunir em uma assembleia geral quase 352 igrejas cristãs, membros do CMI, presentes em diversas regiões do planeta, e diversos organismos ecumênicos, é uma vitória importante do caminho ecumênico e sinal forte para um mundo em busca de paz e diálogo. Além disso, o próprio tema da assembleia é oportuno e urgente: *O amor de Cristo conduz o mundo à reconciliação e à unidade*. Este evento se somou

¹ Doutor *Honoris causa* pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Monge beneditino. Contato: imarcelobarros@uol.com.br.

às iniciativas de unidade entre as igrejas pentecostais e, no momento em que a Igreja católica entra na última etapa preparatória para mais uma assembleia do sínodo dos bispos, que ocorrerá em outubro de 2023 em Roma, tendo como tema *Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão*.

Aparentemente, são encontros muito diferentes, com propósitos e funções totalmente diversas e com temas que nada têm a ver um com o outro. No entanto, se olharmos com mais profundidade, o CMI põe em prática o “caminhar juntos” sendo expressão da sinodalidade. Como diz o papa Francisco, a sinodalidade é o modo normal da Igreja ser. Além disso, ambas as assembleias fixam o seu olhar na missão da Igreja no mundo, seja o sínodo dos bispos católicos ao insistir que a missão é inerente ao próprio ser da Igreja como comunhão, seja a assembleia do CMI, ao propor reconciliação e unidade não apenas das igrejas ou nas igrejas e sim do mundo e para o mundo. A seguir, aprofundaremos o que as teologias da libertação, a partir das experiências das comunidades eclesiais da América Latina e do Caribe, podem contribuir com a proposta do CMI sobre reconciliação e unidade.

1 ALGUNS PRESSUPOSTOS DAS TEOLOGIAS DA LIBERTAÇÃO

Quando falamos em teologias da libertação, é comum que as pessoas pensem apenas nas teologias latino-americanas que surgiram no continente a partir da década de 1970, como respostas às opressões sociais e políticas sofridas por nossos povos. No entanto, no livro *Teologia da libertação*, reconhecido, em geral, como o livro que deu origem a essa corrente teológica, Gustavo Gutiérrez afirma que a compreensão de que a salvação divina se concretiza na história e toma formas concretas na caminhada libertadora dos povos já se tornara central nos últimos anos. E isso mesmo na Europa e América do Norte, através das chamadas “teologia das realidades terrestres”, “teologia da história”, “teologia do desenvolvimento”, “teologia política”, “teologia da revolução”, como também nos textos do Concílio Vaticano II e da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (GUTIÉRREZ, 1972, p. 99; AQUINO JÚNIOR, 2022). Além disso, no decorrer da história, aprendemos muito com a teologia pluralista da libertação vinda da Ásia, assim como da teologia da libertação nascida na África e com seu estilo próprio. Do diálogo entre as teologias do pluralismo religioso e as teologias da libertação, todos aprendemos e recebemos muito.² Desde o começo, nossas teologias da libertação foram como afluentes diversos que desembocam em um mesmo rio e deste rio se repartem para novos afluentes (BARROS, 2019). No início, teólogos evangélicos, como Rubem Alves e José Míguez Bonino e católicos, como Gustavo Gutiérrez e Hugo Assman contribuíram com dimensões diversas de uma teologia que já nasceu plural e com vocação de abertura e diálogo.

De fato, o próprio CMI, desde sua III assembleia geral em Nova Deli (1961) sobre *Jesus Cristo, vida para o mundo*, e todas as assembleias posteriores, já apontam para uma

² Ver Tomita; Barros e Vigil (2003, 2005, 2006, 2007, 2008).

interpretação da fé e da revelação divina em uma perspectiva de caráter histórico e libertador. De fato, desde o começo, nos meios ecumênicos, a teologia permitiu “recuperar definitivamente um elemento essencial da nossa fé: ‘a salvação divina se realiza na história. Orienta, transforma e leva a história à sua plenitude’” (GUTIÉRREZ, 1972, p. 204). É escatológica no sentido de aberta a um futuro que vai além do tempo, mas, ainda que parcialmente, se realiza na história concreta dos povos. Isso tem como consequência o fato de que só existe uma história e temos de evitar a linguagem dualista que divide fé e vida, natural e sobrenatural, salvação espiritual e libertação humana.

Em seu livro, Gutiérrez retoma a distinção dos três níveis ou dimensões da libertação: “libertação social e política da comunidade, libertação da pessoa humana ao longo da história, libertação do pecado e entrada em comunhão com Deus” (GUTIÉRREZ, 1972, p. 236). Do mesmo modo, na América Latina, África e Ásia, a teologia mais aberta e comprometida com o diálogo ecumênico insistiu em afirmar a universalidade da salvação que se realiza bem além das fronteiras visíveis da Igreja, e testemunhar a presença da graça em todas as pessoas humanas. E não somente nas pessoas, mas nas comunidades e através dos caminhos culturais e religiosos que essas comunidades trilham. É nesse âmbito de um mundo, objeto da misericórdia gratuita de Deus que “Deus sempre toma a iniciativa da salvação. A sua misericórdia não tem limites e não precisa de nenhuma condição prévia” (COMBLIN, 1987, p. 24).

Diante disso, ganha mais sentido a afirmação do apóstolo Paulo que insiste que as igrejas cristãs têm sim um ministério de reconciliação no mundo (2Co 5,19). Assim como os embaixadores recebem autorizações de seus governos para representá-los e falar em nome deles, Paulo escreve que os(as) cristãos(ãs) recebem de Deus o encargo de reconciliarem o mundo com Deus e, como consequência reconciliar as pessoas e comunidades entre si e com o universo que nos cerca. As igrejas cristãs, por serem portadoras do “evangelho da paz” (Rm 10,15; Ef 6,15), ou seja, desta “mensagem da reconciliação”, são elas mesmas o Evangelho vivo quando, em nome de Deus, pedem para que a humanidade se reconcilie. É como se o próprio Deus estivesse rogando, tanto aos que estão longe quanto aos que estão perto, sem distinções (Ef 2,17). É maravilhoso que, agora, o próprio CMI nos traga esta mensagem no próprio tema de sua XI assembleia geral: *O amor de Cristo conduz o mundo à reconciliação e à unidade*.

2 RECONCILIAÇÃO OU RECONCILIAÇÕES

Na tradição das igrejas, muitas vezes se lia nas palavras de Paulo sobre reconciliação o apelo para a conversão espiritual da humanidade ao cristianismo, à libertação dos pecados e à unidade interpessoal na comunidade de fé. De fato, enquanto os evangelhos insistem que a preocupação prioritária de Jesus no anúncio do reino de Deus era curar as pessoas e libertá-las de tudo o que as oprimia, à medida que o cristianismo se inseriu no mundo greco-romano, a influência de correntes filosóficas como o gnosticismo, o estoicismo e o neoplatonismo transformou a libertação integral em salvação espiritualista, centrada no perdão dos pecados, na

A reconciliação do mundo e as teologias da libertação

prática das virtudes morais. É consolador perceber que, através do modo de tratar este tema, o CMI retome a perspectiva mais abrangente e profunda. Neste âmbito, é importante compreender melhor de que reconciliação (ou reconciliações) se trata e como podemos ser agentes de reconciliação.

Quando se fala em re-conciliação, de certa forma se supõe que há situações de conflitos e divisões que devem ser superados. Documentos preparatórios para a XI assembleia do CMI falam da COVID-19 e suas consequências no mundo, o agravamento das desigualdades sociais e a crise ecológica que gera catástrofes ambientais e ameaça a própria sustentabilidade da Vida no planeta. A estas, as comunidades da América Latina, África e países pobres da Ásia podem acrescentar outras, como as novas formas de colonialismo que mantêm nossos povos dominados pelos impérios, as 28 guerras que ferem o mundo atualmente (PAMPLONA, 2022) e o papel das religiões nestes conflitos, a dominação cultural que atenta contra a diversidade das culturas e o direito dos povos a suas culturas originárias. Em muitos países, as divisões e oposições raivosas passam por dentro das próprias igrejas e religiões, divididas por setores fundamentalistas que sustentam políticas genocidas e usam o nome de Deus e do Cristo para legitimar racismos, políticas elitistas e todo tipo de discriminações raciais, culturais, religiosas, sexuais e de gênero.

A reconciliação bíblica se dá na perspectiva da aliança. É uma concretização de um pacto de comunhão. É sempre iniciativa divina e é gratuita. No entanto, não se efetiva e nem se completa se não for aceita e posta em prática pelos parceiros em questão. Isso significa não haver reconciliação se, na base do acordo, não há justiça e reparação do mal e das injustiças cometidas. Não seria reconciliação verdadeira o pedido às vítimas que perdoem os seus algozes permitindo que estes possam continuar oprimindo a estas ou a outras pessoas que quiserem oprimir. Não se visa vingança nem punição, mas justiça reparativa. Mesmo sabendo que não se restituirá a vida a quem morreu e não se pode voltar ao que foi destruído, se procurará, o mais possível responsabilizar uns e outros por um futuro comum a partir da memória do que ocorreu, da justiça e da verdade. Assim, a boa notícia que é o Evangelho opera como atividade reconciliadora no mundo. Faz isso a partir de um olhar sobre a realidade, um ligar e desligar que a comunidade cristã tem a missão de fazer e que, conforme as palavras de Jesus ressuscitado no Evangelho – “o que ligardes na terra será ligado no céu e o que retiverdes será retido” (Jo 20,23) – significa que Deus assume como sendo seu o julgamento que a comunidade fizer. Perdoar se perdoa sempre e a todos(as), mas é dever da comunidade clarear de quem é a responsabilidade pelo mal ocorrido e exigir que a reparação possível do mal possibilite o caminho para a justiça e para a paz, portanto para a reconciliação verdadeira e profunda.

Este horizonte mais amplo envolve o social e político, como também o cultural e a dimensão mais profunda da espiritualidade. Se todo o continente africano sofre até os nossos dias, as consequências cruéis e terríveis do colonialismo europeu e do tráfico de escravos negros, sequestrados dos seus países para outros continentes, como simplesmente afirmar o

perdão e a reconciliação sem a preocupação de restituir algo do que foi roubado aos nossos irmãos e irmãs africanos?

Quem restituirá às mães e às famílias a vida de adolescentes e jovens de periferia – a maioria, rapazes negros – cujos corpos aparecem mortos, todas as noites na maioria das cidades brasileiras?

Nas Américas, estima-se que houve cerca de 70 milhões de pessoas – membros dos povos originários – massacradas e dizimadas por governos e povos que se diziam cristãos. Apesar do trabalho das “reduções” jesuítas e de alguns esforços de salvar os índios, em geral, a maioria da hierarquia católica e protestante foi conivente com o massacre. Até quase nossos dias, missões católicas e protestantes penetravam em aldeias indígenas trazendo doenças, destruindo culturas ancestrais e gerando divisões nas comunidades (GRONDIM, VIEZZER, 2021). Diante disso, como será possível, hoje, pregar reconciliação, sem um ato de justiça e de compensação, mesmo simbólico, por tudo o que estes povos sofreram?

Em meio a essa realidade terrível, o que significa propor reconciliação? Ela é necessária e mesmo urgente. Mas, ao mesmo tempo, é muito exigente. Em El Salvador, um dos países mais sofridos da América Latina, onde a guerra civil levou milhares de pobres massacrados, Jon Sobrino escrevia:

É claro que a reconciliação é sumamente difícil. É difícil acabar com a opressão que gera conflito, com o empobrecimento do que somos e fazemos, é difícil superar a *hybris* para pedir perdão, perdoar e deixar-se perdoar. A reconciliação plena é, pois, muito difícil; mas, embora não seja mais do que um pouco de reconciliação, é absolutamente necessária. Se não se coloca um fim nos conflitos, simplesmente não se pode viver (SOBRINO, 2003, p. 92).

Além de tudo isso, hoje mais do que nunca, é necessário que essa reconciliação, proposta em nome de Deus, se alargue a dimensões planetárias e no sentido propriamente cósmico. Já no Novo Testamento, a reconciliação não foi proposta apenas aos seres humanos, mas também a todas as coisas no céu e na terra, incluindo os poderes espirituais e as energias do universo (Cl 1,20; 2Co 5,19). Na carta aos Romanos, Paulo diz que a própria natureza geme de dor e grita por sua libertação. A reconciliação operada pelo Cristo ressuscitado ao nos dar o seu Espírito nos desafia a nos reconciliar com o planeta ao seu redor. É preciso descobrir que, no planeta Terra, agredido e ferido pelo sistema capitalista, é o próprio corpo do Cristo cósmico (Col 1,14-20) que está crucificado e pede nosso cuidado e nossa ação libertadora. Hoje, a reconciliação em nome de Deus toma o nome de ecologia integral. Só a partir dessa abrangência maior e cósmica, poderemos, realmente, viver como novas criaturas, como o apóstolo nos propõe (2Co 5,17; Gl 6,15) (BARROS, 2009).

3 O QUE O ESPÍRITO DIZ ÀS IGREJAS (SE AS TEOLOGIAS DA LIBERTAÇÃO PUDESSEM PROPOR ALGO À XI ASSEMBLEIA DO CMI)

O diálogo começa pela escuta atenta, amorosa e pelo desejo profundo de aprender. Nesse contexto do mundo onde vivemos, a assembleia geral do CMI representou uma esperança e a coragem de realizar como um novo ensaio, quase como ensaio geral do concílio pan-ecumênico com o qual o pastor mártir Dietrich Bonhoeffer sonhava na Alemanha de 1933 e que, nos anos 1980, o CMI buscou profeticamente preparar, através de assembleias, como foram a Assembleia Ecumênica da Europa (Basileia, 1989), a Assembleia Ecumênica Mundial de Seul (Seul, 1990) e outras que se sucederam.

Nestes 20 anos mais recentes, a parte sadia da humanidade nos ensinou que podemos nos organizar em fóruns sociais, nos quais expressamos a utopia de um novo mundo possível. Junto ao Fórum Social Mundial, realizado a partir de 2003, já oportunizamos mais de uma dezena de sessões do Fórum Mundial de Teologia e Libertação, do qual participam teólogos e teólogas de várias igrejas cristãs, buscando acompanhar essa caminhada da humanidade pela vida. Sabemos que diversos organismos do CMI têm procurado participar de perto e com simpatia desse processo. Quem sabe, se ele poderá ser a base de um fórum mundial de igrejas, que preparado pelas bases, possa se constituir como alicerce de um fórum inter-religioso e interestritual a serviço da paz, justiça e salvaguarda da casa comum.

Cada vez é mais urgente reorganizar a esperança. Neste mundo, açoiado por todo tipo de violências, o mal está espalhado, se faz presente em muitas partes e assume muitas formas. Mas ele não tem a última palavra. Por toda parte, há oásis de amor e solidariedade que as igrejas e o CMI precisam apoiar e fortalecer. Na América Latina, de tantos irmãos e irmãs mártires, como dizia Julia Esquivel, poetisa guatemalteca: “nos han amenazado de resurrección” (ESQUIVEL, 2015).

A busca de uma reconciliação ecumênica entre as igrejas ameaça o mundo inteiro de ressurreição, mas este processo precisa fincar raízes nas bases das igrejas e ser vivido a partir da inserção concreta e profunda no mundo dos pobres. Não basta “opção preferencial”. O que Jesus fez nos evangelhos foi se colocar totalmente do lado dos oprimidos e das pessoas sofridas e proclamar que o Espírito de Deus veio sobre ele para anunciar a libertação a todas as pessoas oprimidas, seja no nível social e político, seja culturalmente ou por questões como raça, gênero e orientação sexual.

Como seria bom que esta assembleia do CMI ajudasse as igrejas a viverem a reconciliação entre si, a partir da reconciliação de cada Igreja com o mundo dos pobres, dos quais o cristianismo como conjunto, parece ter se apartado, quando aderiu ao modelo de cristandade e foi conivente com o colonialismo e todas as violências que este contém.

É urgente reconciliar sacramento e a realidade para os quais os sacramentos apontam. É urgente que o batismo seja vivido como foi o de Jesus: mergulho na solidariedade ao mundo dividido que precisa se reconciliar, assim como a ceia do Senhor ser sinal e instrumento de

verdadeira partilha econômica e social para que, de fato, vivamos em um mundo onde haja “pão em todas as mesas”.

É preciso libertar nossas igrejas do clericalismo que divide e discrimina e que só será verdadeiramente superado se as igrejas souberem distinguir hierarquia e ministérios. A reconciliação se fará em uma Igreja aberta a todos os ministérios, mas que não identifica ministérios e hierarquias apenas, de forma excludente das demais. E há que se repensar a origem, a natureza e a finalidade dos ministérios eclesiásticos. Ministério sim, mas vivido na sinodalidade, em que não há espaços para hierarquias autoritárias em nome de Jesus, o qual se apresenta a nós sempre como irmão e servidor.

Durante a década de 1970, aqui na América Latina, aprendemos muito do CMI. Este acompanhou pastoralmente e, de modo profético, apoiou as igrejas da África do Sul, em sua luta pacífica contra o sistema do *apartheid*. Sentimo-nos, por isso, com certo direito de desejar e pedir que, em nossos dias, nos ajude a articular internacionalmente a profecia cristã contra os tantos sistemas de racismos e discriminações que continuam a vigorar em todos os continentes.

As bases mais profundas para uma reconciliação entre a humanidade e a Mãe Terra situam-se nas raízes da espiritualidade, ou seja, de uma cultura amorosa, um modo de olhar respeitoso e cuidadoso que as religiões devem inculcar e que toda a humanidade está precisando. Por isso, as nossas igrejas precisam ser convocadas para um novo diálogo com as sabedorias ancestrais e as espiritualidades dos povos originários que sempre cultivaram e souberam conservar esta relação carinhosa com a Terra, as águas e todos os seres vivos. Seria inútil falarmos em reconciliação trazida por Deus, através de Jesus, se não nos abrimos ao diálogo respeitoso e atento às cosmovisões negras e indígenas, para aprendermos delas, a sermos melhores cristãos e cristãs, a partir dessa sensibilidade amorosa terrenal. Devemos fazer isso por questão de justiça (já que, no passado, as igrejas as marginalizaram e condenaram), mas também por reconhecermos que essas comunidades originárias são detentoras de uma sabedoria ecológica (eco-sofia) da qual precisamos e que podem nos ajudar a curar a Mãe Terra.

Essas espiritualidades das comunidades negras e dos povos originários têm sido, na história, mestras e mestres de resistência e saberão também nos ensinar caminhos novos e humanos de reconciliação. Assim, neste diálogo de comunhão e aprendizado mútuo, viveremos a reconciliação transmitida através da palavra de Deus e do gesto doador e amoroso de Jesus Cristo que rompe fronteiras, humanas e cósmicas para se tornar divina e fazer com que “Deus seja tudo em todos [e todas]” (1Co 15,28).

CONCLUSÃO

Urge que aconteça em nosso tempo um processo mundial de reconciliação: entre povos, culturas, tradições religiosas. Que possamos viver um processo de paz que decorre de relações de justiça, a afirmação da dignidade de cada pessoa, o cuidado mútuo que expressa uma globalização da solidariedade. Esse processo precisa ter incidência em dois principais

A reconciliação do mundo e as teologias da libertação

horizontes: social, possibilitando a construção de um novo mundo onde todas as pessoas e todos os povos tenham liberdade e condições equitativas para realizarem projetos de “vida em abundância” (Jo 10,10); e ambiental, pelo espírito de fraternidade criatural que integra e harmoniza as relações das pessoas com os demais seres da criação, assumindo compromissos com o cuidado da Mãe Terra, nossa casa comum.

Isso requer um novo estilo de vida, que abandone a lógica mercantilista das relações pelas quais se quer ganhar e vencer a qualquer custo, lógica hoje globalmente presente nas culturas e mesmo nas tradições religiosas. Que abandone o sedentarismo pelo lucro através da expropriação de direitos de pessoas, povos e da depredação dos recursos da natureza. E recupere o sentido de justiça que sustenta a fraternidade humana e criatural em sentido global, no qual se enraíza toda reconciliação possível.

A XI assembleia do CMI desafia suas igrejas-membro a refletirem sobre o necessário processo reconciliador para os nossos tempos. E isso não como reconciliação apenas entre elas, mas com algo que elas oferecem para a humanidade inteira, como testemunho convicto de que o amor de Cristo conduz o mundo à reconciliação e à unidade. ✨

REFERÊNCIAS

AQUINO JÚNIOR, Francisco. “Libertação e salvação”: revisitando “Teologia da libertação” de Gustavo Gutiérrez 50 anos depois. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 54, n. 1, p. 179-197, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://perspectiva.faje.edu.br/index.php/perspectiva/article/view/4896/4835>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BARROS, Marcelo. Os gemidos da criação. Desafios à Teologia da libertação. In: FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, 3., 2009, Belém. **Anais...** Belém: World Forum on Theology and Liberation, 2009.

BARROS, Marcelo. **Teologias da libertação para os nossos dias**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1995.

COMBLIN, José. **Teologia da reconciliação: ideologia ou reforço da libertação?** Petrópolis: Vozes, 1987.

ESQUIVEL, Julia. Nos han amenazado de resurrección. **Evangelizadoras de los Apóstoles**, 27 dez. 2015. Disponível em: <https://evangelizadorasdelosapostoles.wordpress.com/2015/12/27/nos-han-amenazado-de-resurreccion-julia-esquivel/>. Acesso: 10 out. 2022.

GRONDIM, Marcelo; VIEZZER, Moema. **Abya yala! Genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas**. Rio de Janeiro: Bambual Editora, 2021.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1972.

PAMPLONA, Patricia. Além de crise na Ucrânia, mundo tem 28 conflitos ativos e teme novas guerras. **Folha de S.Paulo**, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/02/alem-de-crise-na-ucrania-mundo-tem-28-conflitos-ativos-e-teme-novas-guerras.shtml>. Acesso em: 10 out. 2022.

SOBRINO, Jon. O cristianismo e a reconciliação; caminho para a utopia. **Concilium**, Petrópolis, v. 5, n. 303, p. 82-93, 2003.

TOMITA, Luiza; BARROS, Marcelo; VIGIL, José María (Orgs.). **Desafios da teologia do pluralismo religioso à teologia da libertação**. Goiânia: Rede, 2003.

TOMITA, Luiza; BARROS, Marcelo; VIGIL, José María (Orgs.). **Pluralismo e libertação: por uma teologia latino-americana pluralista da libertação**. São Paulo: Loyola, 2005.

TOMITA, Luiza; BARROS, Marcelo; VIGIL, José María (Orgs.). **Teologia latino-americana pluralista da libertação**. São Paulo: Paulinas, 2006.

TOMITA, Luiza; BARROS, Marcelo; VIGIL, José María (Orgs.). **Teologia planetária: inter-religiosa e mundial**. São Paulo: Paulinas, 2008.

TOMITA, Luiza; BARROS, Marcelo; VIGIL, José María (Orgs.). **Teologia pluralista libertadora intercontinental**. São Paulo: Paulinas, 2007.

Recebido em: 11/07/2022.

Aceito em: 21/10/2022.